



## Os destinos da *Nova Lusitânia* e a metaficção historiográfica

*The destinies of Nova Lusitânia and the historiographical metafiction*

MANUEL FERRO

Universidade de Coimbra  
Coimbra – Portugal



**Resumo:** O romance histórico intitulado *Nova Lusitânia*, de Aydano Roriz, narra a história de Duarte Coelho, o bravo capitão português que fundou a Colônia de Pernambuco. Apesar de se tratar de uma figura real e o acontecimento central, um facto histórico, o autor teve o mérito de ter sabido reconfigurar o ambiente da época de viagens marítimas e de descobertas de novas terras numa narrativa ficcional arrebatadora. Apesar disso, é possível estabelecer relações intertextuais com obras literárias ou historiográficas anteriores que tratam dos mesmos acontecimentos e, por essa razão, a epopeia *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pêro de Magalhães Gândavo, e o tratado de História chamado *Nova Lusitânia*, de Francisco de Brito Freire são aqui mencionados, com o fim explícito de servirem de suporte à tese de que o romance pós-moderno é um produto composto, em que é possível identificar traços que pertencem a romances de aventura, ao poema épico e à retórica política do tempo, levando o leitor a meditar sobre a evolução do processo histórico.

**Palavras-chave:** Pernambuco; Duarte Coelho; Romance histórico; Pós-Modernismo

**Abstract:** The novel entitled *Nova Lusitânia*, by Aydano Roriz, tells the story of Duarte Coelho, the Portuguese Captain who founded the colony in Pernambuco, Brazil. In spite of being an historical figure and that success a real fact, the author was able to reconfigure the atmosphere of the time of the sea travels and discoveries in a fictional enthusiastic narrative. Nevertheless, it is possible to establish intertextual relations with former historical or literary works relating the same events and, for that reason, the epics *Prosopopeia*, by Bento Teixeira; the *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, by Pêro de Magalhães Gândavo, and the historical treatise called *Nova Lusitânia*, by Francisco de Brito Freire, are mentioned to support the thesis that the post-modern novel is a composite product, where it is easy to identify features belonging to the adventures novel, the epic poem and the political rhetoric of the time, making the reader think over the development of the historical process.

**Keywords:** Pernambuco; Duarte Coelho; Historical Novel; Post-Modernism

Foi no final de 2007, mais propriamente em Novembro, que apareceu no mercado livreiro o romance de Aydano Roriz<sup>1</sup> intitulado *Nova Lusitânia* – título que

me chamou a atenção pela possibilidade de estreitas associações a estabelecer com a *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira, com a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576), de Pêro de Magalhães Gândavo, e, mais ainda, com a crónica do mesmo título da autoria de Francisco de Brito Freire (1675). Como subtítulo, informava-se o leitor menos versado nestes assuntos de que se tratava da “Saga do português Duarte Coelho para criar, no Brasil, a única capitania hereditária que teve êxito”. Sugeria-se, por conseguinte, uma chave de leitura da obra – a do romance

<sup>1</sup> A propósito do autor, Aydano Roriz, afirma-se na badana da contracapa: “Nascido em 1949 na Bahia, Brasil, as raízes familiares de Aydano Roriz estão fincadas em S. Pedro de Roriz, Minho, Portugal. Ainda que trabalhe em revistas desde 1972, Aydano acredita que a História é demasiado rica e bonita para limitar-se apenas aos livros pedagógicos. A dedicação à escrita de romances históricos foi o meio que encontrou para difundir o conhecimento de uma forma envolvente e agradável.” É, como se afirma, autor de outros romances históricos, como *O Desejado*, *O Fundador*, *O Livro dos Hereges* e *A Reconquista do Brasil*. Para mais informações sobre o autor, consulte-se o sítio [www.aydano.com](http://www.aydano.com).

histórico –,<sup>2</sup> aspecto corroborado pelos esclarecimentos dados acerca do autor. Apesar de o seu nome não ser dos mais divulgados, depreende-se de imediato que não se trataria propriamente de um principiante, uma vez que havia já dado à estampa, dentro do mesmo género, *O Desejado: a fascinante história de Dom Sebastião* (2004), *O Fundador* (2004), *O Livro dos Hereges* (2006) e *A Reconquista do Brasil* (2007). Foi, pois, movido pela curiosidade quanto ao título e ao assunto deste romance que me deixei seduzir pela sua leitura, tanto mais que a matéria histórica, de natureza épica, se doseava com a de aventuras, imprevisíveis sempre que o desbravamento de novas terras e a exploração de mundos desconhecidos tem lugar. A visão renovada do período das descobertas e da colonização portuguesa nos trópicos inseria-se assim na estratégia de ficcionalização da História – sucedâneo de um processo “empolgante e divertido” de revisitação crítica do passado, encorajado pela fascinante sùmula biográfica do protagonista estrategicamente apresentada:

Filho bastardo, fruto das escapadelas dum fidalgo provinciano com uma rapariga do povo, Duarte Coelho, ainda bebé, foi entregue aos cuidados das Clarissas de Amarante. Só passados 65 anos de lutas e labutas em Vila Nova de Gaia, na Ilha da Madeira, nas Índias e, principalmente, na sua Nova Lusitânia, é que foi reconhecido e tornado fidalgo por D. João III. (RORIZ, Nova Lusitânia 2007: contracapa)

Eis a transfiguração de um pícaro em herói! Agraciado com brasão de armas e o título de Senhor de Pernambuco, esta figura era, pois, um “herói vitorioso”, um indivíduo arrancado à clandestinidade das massas que passam despercebidas sobre a face da Terra, capaz de construir um percurso marcado pela originalidade, pela vontade e pela determinação de quem pretende modelar o destino pelas suas próprias mãos.

Não admira, por isso, que essa vertente biográfica apareça acenada nas restantes obras, acima apontadas, muito embora os seus feitos sejam apreciados de diferentes maneiras e nem sempre com idêntica valorização. Algumas vezes são até relativamente parcos os dados apontados sobre Duarte Coelho. Na primeira *História do Brasil*, Gândavo<sup>3</sup> é bastante sumário e, quando trata de fazer a descrição das capitanias e povoações de portugueses em terras de Santa Cruz, no capítulo 3, refere-se ao essencial:

A segunda capitania se chama Pernambuco, a qual conquistou Duarte Coelho e edificou sua principal povoação em um alto, à vista do mar, a cinco léguas da ilha de Itamaracá, na altura de oito graus. Chama-se Olinda, é uma das mais nobres e populosas vilas que há nestas partes. Cinco léguas pela terra adentro fica outra povoação chamada Igarassú, também chamada vila dos

Cosmos. E além dos moradores que habitam estas vilas há muitos outros que pelos engenhos e fazendas estão espalhados, assim nesta como nas outras capitanias de que a terra comarcã está toda povoada. Esta é uma das melhores terras e que mais tem realçado os moradores que todas as outras capitanias desta província, os quais foram sempre mui favorecidos e ajudados pelos índios da terra, de que alcançaram muitos infinitos escravos, com que granjeiam suas fazendas. E a causa principal de ela ir sempre tanto avante no crescimento da gente foi residir continuamente nela o mesmo capitão que a conquistou, e ser mais frequentada por navios do Reino, por estar mais perto dele do que as outras que adiante se seguem. A uma légua da povoação de Olinda para o sul está um arrecife ou baixio de pedras que é o porto por onde entram as embarcações. Este tem serventia pela praia e também por um rio pequeno que passa junto da povoação. (GÂNDAVO, 2004: 53)

Pela descrição esboçada, exalta-se, pois, a administração e política de povoamento do capitão donatário, resultando daí uma avaliação muito favorável do desenvolvimento e enriquecimento da região sob a sua responsabilidade, apontando-se desde logo a sua presença contínua como factor determinante. Deste modo não admira que no primeiro poema épico redigido no Brasil, a *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira,<sup>4</sup> se exalte uma espécie de refundação do Reino no Novo Mundo e a designação de ‘Nova Lusitânia’ seja retomada e

<sup>2</sup> Sobre o romance histórico, veja-se Maigrón 1970; Chaves 1979; Eggert/Profitlich/Scherpe (eds.) 1990; Hughes 1993; Reis 1993; Aust 1994; Marinho 1995 e 1999; Bassler *et alii* 1996; Ruggieri *et alii* 1996; Lukács 2000; Marques/Figueiredo/Machado (coords.) 2001; Marcos 2003; Marinho/Topa (coords.) 2004; Puga 2006; Bastos 2007; Sá/Anastácio (coords.) 2009.

<sup>3</sup> Pêro de Magalhães Gândavo foi natural de Braga. Considerado no seu tempo como um bom latino e distinto humanista, foi professor de Humanidades numa escola situada entre Douro e Minho. Esteve no Brasil entre 1558 e 1572, estada que coincidiu com o governo de Mem de Sá. Além da *História da Província de Santa Cruz...* (Lisboa, na Officina de António Gonçalves, 1576), redigiu o *Tratado da Terra do Brasil...* (in *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Lisboa, Academia das Ciências, 1826; depois publicado no Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil, 1924) e as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da Língua Portuguesa, com um Diálogo que adiante se segue em defensão da mesma Língua* (Lisboa, por António Gonçalves, 1574). Sobre este autor, veja-se Holanda 1959; Matos 1962: 625-639; Pereira Filho 1974: 403-408; Couto 1989: 120-130; Augusto 1997: col. 766-767; Moura 2000; Hue 2001: 303-340; Bosi 2006: 15-17.

<sup>4</sup> Bento Teixeira nasceu no Porto, em 1561, muito embora durante muito tempo se pensasse que tinha visto a luz do dia no Pernambuco, tendo sido desse modo apontado como o primeiro escritor natural no Brasil. Formou-se no Colégio da Bahia, onde ensinou até fugir para o Pernambuco, em busca de protecção por ter matado a mulher. Foi preso e processado pela Inquisição por práticas judaizantes. Abjura e confessa pouco antes de falecer, em 1600, em Lisboa. Além da *Prosopopeia dirigida a Jorge de Albuquerque*, é autor da *Relação do naufrágio que fez Jorge Coelho, vindo do Pernambuco em a nau Sancto António, em o Anno de 1565* (Lisboa, por António Álvares, 1601) e provavelmente do *Diálogo das Grandezas do Brasil* (in *Iris*, Tomo III, p. 107 e ss). Sobre este autor, consulte-se Silva 1872 274-278; Sousa 1972; Alves 1982; Vilar 1995; e Bosi 2006: 36.

reafirmada, inspirada nas cartas do P.<sup>e</sup> José de Anchieta.<sup>5</sup> Dedicado a Jorge de Albuquerque Coelho e exaltando os feitos deste capitão-geral e do irmão, Duarte Coelho, filhos do primeiro governador e de sua esposa, D. Brites, este poema épico-encomiástico abre-se logo com a dedicatória em que a capitania passa a assumir essa designação cada vez com mais veemência: “Dirigido a Jorge d’Albuquerque Coelho, Capitão e Governador da Capitania de Pernambuco, das partes do Brasil da Nova Lusitânia, etc.” (TEIXEIRA, 2004: 54). E para maior glorificação sua, não falta a descrição poética do Recife, proporcionando deste modo as coordenadas cronotópicas para um concílio dos deuses:

#### XVII

Para a parte do Sul, onde a pequena  
Ursa se vê de guardas rodeada,  
Onde o Céu luminoso mais serena  
Tem sua influência, e temperada;  
Junto da Nova Lusitânia ordena  
A natureza, mãe bem atentada,  
Um porto tão quieto e tão seguro,  
Que para as curvas Naus serve de muro.

#### XVIII

É este porto tal, por estar posta  
Uma cinta de pedra, inculca e viva,  
Ao longo da soberba e larga costa,  
Onde quebra Neptuno a fúria esquiva.  
Entre a praia e pedra descomposta,  
O estanhado elemento se deriva  
Com tanta mansidão, que uma fateixa  
Basta ter à fatal Argos aneixa.

#### XIX

Em o meio desta obra alpestre e dura,  
Uma boca rompeu o Mar inchado,  
Que, na língua dos bárbaros escura,  
Pernambuco de todos é chamado.  
De Para’na, que é Mar; Puca, rotura,  
Feita com fúria desse Mar salgado,  
Que, sem no derivar cometer míngua,  
Cova do Mar se chama em nossa língua.

#### XX

Para entrada da barra, à parte esquerda,  
Está uma lajem grande e espaçosa,  
Que de Piratas fora total perda,  
Se uma torre tivera sumptuosa.  
Mas quem por seus serviços bons não herda  
Desgosta de fazer cousa lustrosa,  
Que a condição do Rei que não é franco  
O vassalo faz ser nas obras manco.

(TEIXEIRA, 2004: 98-107)

Além das indicações geográficas, são exaltadas as maravilhas da natureza, pródiga em benesses para o povoamento que favorece o acolhimento do colonizador, com as virtualidades do porto de mar, ao abrigo das correntes marítimas, em virtude do Recife ali existente. E o poeta chega ao ponto de sugerir a construção de uma torre ou fortaleza no local, para que melhor se defenda a costa da investida de corsários. Nesse cenário, tem lugar o referido concílio dos deuses e é aí que, em tom de profecia, Proteu vai enumerar os feitos dos dois irmãos, o que constitui a narração do poema propriamente dita. Inicia-se pela colonização da capitania (est. XXVI-XLII), distinguindo-se aí sobremaneira a acção do Duarte Coelho pai, o primeiro donatário:

#### XXVI

Vejo (diz o bom velho) que, na mente,  
O tempo de Saturno renovado,  
E a opulenta Olinda florescente  
Chegar ao cume do supremo estado.  
Ser de fera e belicosa gente  
O seu largo distrito povoado;  
Por nome ter Nova Lusitânia,  
Das Leis isenta da fatal insânia.

#### XXVII

As rédeas ter desta Lusitânia  
O grão Duarte, valeroso e claro,  
Coelho por cognome, que a insânia  
Reprimir dos seus, com saber raro.  
Outro Troiano Pio, que em Dardânia  
Os Penates livrou e o padre caro;  
Um Públio Cipião, na continência;  
Outro Nestor e Fábio, na prudência.

#### XXVIII

O braço invicto vejo com que amansa  
A dura cerviz bárbara insolente,  
Instruindo na Fé, dando esperança  
Do bem que sempre dura e é presente;  
Eu vejo co rigor da tesa lança  
Acossar o Francês, impaciente  
De lhe ver alcançar uma vitória  
Tão capaz e tão digna de memória.

#### XXIX

Ter o varão Ilustre da consorte,  
Dona Beatriz, preclara e excelente,  
Dous filhos, de valor e d’alta sorte.  
Cada qual a seu Tronco respondente.  
Estes se isentarão da cruel sorte,  
Eclipsando o nome à Romana gente,  
De modo que esquecida a fama velha  
Façam arcar ao mundo a sobranceira.

(TEIXEIRA, 2004: 120-129)

<sup>5</sup> “É Pernambuco, terra de muitos moradores, trata com açúcar e pau vermelho, o mais e melhor da costa, no comércio é uma Nova Lusitânia, e mui frequentada.” (ANCHIETA, 1988: 418).

A capitania de Pernambuco constrói-se, assim, de modo paralelo com o de toda a colónia, através de um processo de conquista do território e de difusão da Fé, em luta contra os índios e os franceses, graças à coragem, prudência, determinação e clarividência do Capitão. De seguida, a acção de Jorge de Albuquerque afirma-se com o episódio do naufrágio, primeiro, e com o da batalha de Alcácer-Quibir, depois, na qual cai ferido e prisioneiro dos mouros e o irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, encontra a morte em cativo, em Fez. Por isso a Nova Lusitânia chora as suas desventuras:

#### XCI

Mas, enquanto te dão a sepultura,  
Contemplo a tua Olinda celebrada,  
Coberta de fúnebre vestidura,  
Inculto, sem feição, descabelada.  
Quero-a deixar chorar morte tão dura  
‘Té que seja de Jorge consolada,  
Que por ti na Ulisséia fica em pranto,  
Em quanto me disponho a novo Canto.

(TEIXEIRA, 2004: 258-259)

Através do modo como a capitania de Pernambuco é enaltecida na *Prosopopeia*, não admira que Francisco de Brito Freire<sup>6</sup> redija alguns anos depois uma obra de cariz historiográfico intitulada *A Nova Lusitânia*. É um exemplar paradigmático da historiografia portuguesa do período da Restauração, um momento decisivo na evolução do género, em que se evidencia uma natural tendência para a sua emancipação, quer quanto à sujeição eclesiástica, quer quanto a directivas de carácter régio. Em termos literários, é então que se verifica igualmente a sua libertação quanto à tutela da Retórica, disciplina em que se integrava como ramo natural (SARAIVA; LOPES, 1975: 588-592). O autor revela-se aí como homem altamente comprometido na reafirmação da independência do Reino, como aliás se verifica nos feitos de armas por si praticados, chegando a ocupar altos cargos na hierarquia militar, como o de Capitão Geral e Almirante da frota da Companhia Geral dos Comércio do Brasil, Governador desta Província e General de Campo do exército. Não admira que seja apresentado como “um verdadeiro administrador colonial, esclarecido e precavido, atento e observador às contingências político-militares em terra e no mar”, segundo as palavras de Manuel Lopes de Almeida (1952: 101). Trata-se, por conseguinte, de uma viva testemunha das lutas em Portugal e no Brasil, que agora se propõe narrar, tendo nelas participado activamente nas principais ocasiões. Apesar de se centrar mormente na guerra contra os Holandeses, assunto que se resume no § 1 da obra<sup>7</sup> – matéria que também inspirará o próprio filho de Duarte Coelho, Duarte de Albuquerque Coelho, nas *Memórias Diárias* (Coelho 1654) (publicadas em 1654 e abrangendo

o relato da guerra entre 1630 e 1638) –, Brito Freire não deixa até de adoptar um pendor épico, recorrendo mesmo a estratégias deste género, como o de aumentar ou intensificar as dificuldades a enfrentar ou o número e ferocidade dos inimigos, com o objectivo explícito de encarecer os feitos dos portugueses.<sup>8</sup> A designação de “Nova Lusitânia”, de acordo com os argumentos expostos pelo autor, amplia-se e deixa de remeter para uma capitania específica, mas, como é dito logo nas primeiras linhas do texto, passa a referir-se a toda a América portuguesa. A opção desta designação impõe-se porque a de Terra de Vera Cruz ou Santa Cruz caía em desuso e a de Brasil era por ele considerada inadequada: “A gloria de a haver descoberto desta banda, a que chamáraõ Santa Cruz, & impropriamente chamaõ hoje Brasil, he de Pedralvez Cabral.” (Freire 1675: 8). Forjava-se, assim, o discurso de fundação épica de Império português nas Américas.

<sup>6</sup> Francisco de Brito Freire nasceu em Coruche. Foi Capitão de Cavalaria da Província da Beira, Governador da Praça de Juromenha, no Alentejo, e por duas vezes nomeado Almirante da Armada Portuguesa no Brasil. Encarregado de conduzir D. Afonso VI para a Ilha Terceira, recusou cumprir tal encargo, por fidelidade ao soberano. Faleceu em Lisboa, a 8 de Novembro de 1692, contando já setenta anos de idade. Além de *A Nova Lusitânia, História da guerra brasílica... Década primeira* (1675), ainda compôs a *Relação da viagem que fez ao Brasil a Armada da Companhia, Anno 1655* (1657) e a *Viagem da Armada da Companhia do commercio, e Frotas do Estado do Brasil* (1656). Parece que teria deixado incompleta a *Década segunda que comprehendia a Restauração de Pernambuco*. Sobre a biografia deste historiador, vejam-se os elementos coligidos por Almeida, 1952: 93-149.

<sup>7</sup> Cf. Freire 1675: 4: “Verão sobre os funestos mares da América Portuguesa, contender armadas Reays, grossas escoadras, navios soltos. E como repartindo entre sy os Elementos a destruição de tantas embarcações, estas queimadas, derrotadas aquellas, humas a pique, outras à costa. Não menos infestada a terra, que o Oceano, também se veráõ danos iguaes, em occasiões diferentes, assaltos sanguinosos: choques de exércitos: & outros continuamente repetidos das tropas, que crusavão a campanha. Aonde de ordinario erão inferiores os dias aos encontros; & forão muitos os encontros, que chegarão a ser batalhas. Cercos de cidades e fortalezas, que com varia fortuna se defenderão, ou entregarão. Transmigrações de Províncias conquistadas, & destruidas. Succederá mais rica abundância a mais miserável esterelidade. Incendiários de copiosas fazendas, seus mesmos donos. Com que os Nossos perdião; os Olandeses não ganhavão: ficando os lugares sem gente, os campos sem cultura.”

<sup>8</sup> Cf. Freire 1675: 4-5: “§ 3. Lá em climas remotos, & guerras dilatadas, pelejas primeiro com os descomodos, que com os Inimigos. Transito per rios nunca passados. Asperesa de matos nunca abertos. Achar nos animaes pessonhentos, ou ferozes, menos piadosos homicidas. Perecem alguns por não comer; outros dos Alarves comidos. E contribuindo em diversos accidentes a agoa, ás ordinárias penções da guerra, fazia mayor o numero dos que se afogavão, com muitos, que de sede morrião. Sem fortificações, sem Cabos, sem noticias; entre tão eminentes perigos, & faltas impossiveis de tolerar a quaesquer outros soldados; pois a estes senão deu da fazenda Real a paga de hum só mês na continuação de tantos annos. § 4. Em contraposição ás cousas referidas, de quanto necessitavão os Nossos, abundavão os contrários, esforçados, & práticos, pelos successos marítimos, & terrestres, aonde os criarão com a lição militar de capitães famosos. Até que tão poucos, & tão bisonhos Portugueses, contra tantos, & tão destros Inimigos, se illustrarão de modo nas victórias, que fizerão gloriosas as mesmas perdas cõ as dificuldades insinuadas. Que reputandose todas invenciveis, & vencendose todas, as terminarão ultimamente, ganhando por presentas legoas de costa, sinco províncias, & muitas Praças importantes, na importantissima Recife de Parmanbuco, chamada dos Olandeses *Cidade Mauricêa*. A cujo rendimento se entregarão as outras, como despojos desta; que não pareceu entre tantas a mayor presa; igualandose os sitiadores na opugnação aos sitiados na defesa.”

Com a intenção de descrever a colônia, centra-se a atenção do historiador na respectiva organização política, explicando as razões da divisão em capitânias, e entre elas a de Pernambuco, para depois orientar a sua descrição, à semelhança do que havia feito previamente com outras, para expor, se bem que sumariamente, os primeiros tempos daquela que iria servir de cenário à guerra e ocupação dos Holandeses:

§ 324. Continuava ElRey Dom João o Terceiro, a divisão da Nova Lusitânia, em diversas capitânias. E como já referimos de algumas, fasia merce das mais (de que se esperava então muito menos) ás pessoas, que tendose assignalado nas guerras da Índia, voltavão a requerer depois, com maior cabedal de merecimento, & de fazienda; para que em publica utilidade, & particular conveniencia, abrindo as terras incultas, ficassem nellas premiados, como lucro do rendimento, & a honra do senhorio. Sagacidade industriosa, de Príncipe prudente, saber pagar os serviços feitos, no mesmo em que lhe hião fazer outros de novo.

§ 325. Deste modo foi dada tão nobre parte do Brasil a Duarte Coelho, para que a povoasse de Moradores, & defendesse dos Índios. No que empenhou náos, Parentes, casaes, & soldados á sua custa, anno mil & quinhentos & trinta. E começando a romper aquellas grandes matas, a pesar de resistencia larga, & sanguinosa; aonde foi tambem ferido de gentio innumeravel, acompanhado de alguns Franceses, continuou elle, & proseguirão seus successores com tanta felicidade, que cresceo depois ao aumento, & esplendor da grandesa presente. (FREIRE, 1675: 169-170)

Duarte Coelho surge assim como o responsável fundamental dessa missão gigantesca de alargamento do Império. Esboçando inicialmente uma breve apresentação da capitania, refere-se no §41, o menosprezo com que o território americano era considerado, facto explicado pelo manifesto interesse de Portugal nos negócios do Oriente:

A principio seus habitadores tão pobres, & tão bárbaros, as distancias tão largas, & tão desertas, davão mais horror, que esperança de povoarse, dominando a Monarquia Lusitana ElRey Dom Manuel: que por estar muito empenhado no Oriente, atendeo pouco ao Brasil: & assim pela menos estimação que se fez delle, o repartirão inconsideradamente a diversas pessoas; chamando ás terras capitânias, & aos Donatários Capitães. Aos quaes concederão de juro, & herdade, demasiado domínio no poder, & excessiva largueza no districto. Comprehende em particular cada hum até conçoenta légoas de Costa, & quanto se quer alargar ao Sertão, por não havermos ainda experimentado tão ricas drogas, como mostrou depois a copiosa abundancia de assucar, tabaco, courama, ambar, ouro,

cravo, diferentes especiarias, & paos de tinta, que hoje com a vulgaridade do seu conhecimento, se excluem á narração de nossa História. (FREIRE, 1675: 23)

Partindo destas observações críticas quanto à colonização do Brasil, centra-se, depois, em características mais específicas, mais de ordem geográfica e humana, como a situação em que se encontrava o povoamento à altura da composição do relato e principais fontes de rendimento:

§ 323. A Provincia de Parnambuco, tão opulenta agora pelas riquezas, como depois foi celebre pelas armas, da parte do Sertão dilatadíssimo em largas campinas, & espessos bosques, não se lhe acha limite com a terra. Abraçando o Promontório do Cabo de S. Agostinho, se estende junto ao mar mais de sincoenta legoas, regadas de vinte e sinco rios, todos, & particularmente oito, de agoas saudáveis, & caudalosas; com sete principaes portos para diferentes embarcações. Corre de oito até mais de dez grãos, para o Sul do Equinoccial. Haveria onze mil visinhos nas villas de Garassú, Olinda, Ferosa, Madanella, Bom-Successo, S. Francisco; & outros lugares, que comprehende o seu domínio; com quinze Freguesias, & cento e vinte hum Engenhos de assucar. Cujos Senhores, possuiaõ naquelle tempo muy grossos cabedades. Posto que a própria confiança de cabedades tão grossos, hia já empobrecendo a muitos, por ostentarem grandesas vaãs, em gastos demasiados. O País antes assentado, que montuoso, he prodigamente fecundo de criações, & abundante de frutos. Ainda as arvores que os não produzem, igualão ou excedem em fertilidade das que os dão, em as madeiras que lhes tirão, para tintas, & obras excellentissimas; sahindo desta Região muitos navios carregados de Páo Brasil mais fino; entre todas as drogas daquelle Estado, a que teve sempre em Europa maior avanço. (FREIRE, 1675: 168-169)

Contudo, é a capital, se bem que fácil presa do invasor, a cidade que mais brilha entre as restantes:

§ 326. Quando agora para mudarse no lastimoso theatro das mais horríveis tragédias, que se representarão vinte & coatro annos contínuos em seus campos funestos, appareceu toda junta a Armada inimiga, em catorze de Fevereiro, sobre a villa de Olinda; antes emula que inferior ás mais ricas, & deliciosas cidades da América; habitada de quasi três mil visinhos, com duas Parochias, coatro sumptuosos conventos; & muitos edificios authorisados. Despresou dos primeiros Fundadores o antigo nome de Marim, & admitio o de Olinda, para mayor indicação da amenidade do sitio, em que lavada do mar por huma parte, & do rio Beberibe por outra, entre perpetua, & agradável verdura, coroa sinco montes, mais moderados, que altos. (FREIRE, 1675: 170)

Mas no meio de tudo isso, a visão do geógrafo e homem de ciência sucumbe à do esteta e o historiador não perde a oportunidade de mostrar a paisagem no Novo Mundo com laivos de poeta, como se de um paraíso<sup>9</sup> impoluto se tratasse:

§ 40. Posto que vendonos já no fim dos séculos, pela natureza corrompida, toda a terra he corrompida, & todo homem enfermo, esta região saudável, nunca foi inficionada de mal contagioso. O inverno entra em Março; o verão em Setembro. Melhor se mostra pela chuva, que pela calma, ou pelo frio, a mudança de ambas as estações. Continuando os dias quasi sempre iguais com as noites, são nos crepusculos muito breves. Tem menos brandura as aves na melodia do canto; as flores na suavidade do cheiro: criando o pais todos, perluxa copia de immundos animaes. As arvores adornadas de perpetua, & frondosa verdura, repetem os mais dos frutos todo o tempo do anno; & quando colhem os sazoados, começã outros a ser maduros. Se faltaõ alguns de Europa, a inércia he que faz menos a abundância, & sendo culpados os homens, & não os campos, quasi sem socorros do Reyno, chamarão, & enriquecerão os Portugueses, de sua mesma fertilidade: porque nelles se pôde plantar, & recolher, em cem palmos quadrados de varsea, quanto he necessário para a conservação de huma vida humana. (FREIRE, 1675: 22-23)

Neste ambiente se insere o cultivo da cana do açúcar, que, muito embora introduzida pelo Homem, aparece como uma dádiva da natureza e uma bênção divina. O processo de produção deste néctar, manjar dos deuses, suscita a curiosidade da altura e, por isso, o autor, detém-se com algum detalhe na respectiva explicação, maravilhando o leitor com os pormenores do cientista e desnudando um pouco os segredos que a técnica da época permite:

§146. O assucar que excede na suavidade do gosto, ao mel Athico, ou Hibleo, tão encarecido dos Antigos, deve ser o Néctar, & Ambrósia, tão celebrado dos Poetas. Criase dentro em mais grossas canas, do que as ordinárias. Laurase com maravilhosa industria, & excessivo trabalho, exprimido primeiro o suco em aquellas notáveis officinas, a que chamão engenhos & pudemos dizer mais propriamente moinhos. Cosesse em vasos grandes de cobre, & coalhasse depois noutros piquenos de barro, donde em forma piramidal, o tirão em pães de quasi três arrobos, tanto que está purgado das partes mais crassas; deixando no fundo, em menos quantidade ao mascavado, que separão do branco,

<sup>9</sup> Sobre esta visão do Brasil como uma imagem paradisíaca de um continente impoluto dos males da sociedade do Velho Mundo, fruto da fantasia, assim como dos sonhos e utopias do homem renascentista, veja-se a obra de Holanda 2002 (1ª ed. de 1959), em que se analisam e exploram os motivos edênicos nos relatos relacionados com o descobrimento e colonização do Brasil.

fasendoo partir ao Sol, & accomodar nas caixas, em que se reparte da cidade de Lisboa para toda Europa. (FREIRE, 1675: 76-77)

Esse contexto genesiaco é apenas um dos fundamentos que, seguindo magistralmente a lição da historiografia seiscentista, leva o autor a recuar aos tempos bíblicos para se propor uma explicação, pela qual as populações africanas são negras e as índias apenas tostadas, habitando em semelhantes latitudes. Corroborar-se depois o fenómeno com argumentos de carácter científico, fruto da observação directa de um homem formado na leitura dos autores clássicos e na avaliação criteriosa dos factos:

§ 39. Vivendo em igual distancia do mesmo paralelo, aquelles, & estes habitadores, huns são vermelhos, outros negros. Deixando o parecer dos que buscão a causa na descendência de Cam, porque foi do justo Noé desobediente filho, disem os Professores de Filosofia, que nasce da quentura, depois de convertida em natureza. Assim os primeiros Homens que na África, ou na América, degenerarão de brancos, forão pelo curso do tempo queimãdose ao ardor do Sol, & adquirindo mais cáldo, & mais intrínseco temperamento. Ainda que o espaço de huma vida não era para mudar de todo a cor, a mudou em parte. Vierão depois os filhos destes, em que se transfundirão outros graos de calor mais intenço. Em os nêtos outros; & outros, & outros mais, em os mais descendentes. Com que tiverão causa bastante para a diferença de cor, conforme o temperamento do clima. Que por ser na Etiópia mais quente, são negros os de Angola; & por ser na Amèrica menos cáldo, são vermelhos os do Brasil. (FREIRE, 1675: 21-22)

A partir destas considerações, tomando como base as obras do P.<sup>e</sup> José de Anchieta, Brito Freire dedica uma particular atenção à descrição dos índios nativos, sua religião e costumes, traços psicológicos e valores, hábitos de guerra em ofensa e vingança, assim como a aspectos inerentes à respectiva cultura e riqueza (cf. Freire 1675: 26 e ss.). Depois dessa apreciação geral, centra-se nos Tamoios, para tratar de seguida da descrição do Rio de Janeiro e de acontecimentos históricos referentes a esse espaço. No entanto, com o Livro 2.<sup>o</sup> passa a valorizar o assunto que deveras lhe interessa: a chegada dos Holandeses, a ocupação do Pernambuco e a guerra subsequente entre 1624 e 1656, embora se detenha neste volume em 1638, relato que é organizado como se de anais minuciosos de sucessos militares se tratasse.

É precisamente sobre esta matéria, este cenário e sobretudo a figura que sobressai dos acontecimentos relatados, Duarte Coelho, o fundador da Capitania do Pernambuco, a Nova Lusitânia, que nos trata o romance de Aydano Roriz. Aparte alguns aspectos que

lamentavelmente mereceriam alguns reparos e que facilmente poderiam ter sido corrigidos, como o da aparente falta de respeito, ou pelo menos domínio perfeito, quanto às formas de tratamento no século XVI e de um ou outro deslize em termos gramaticais, o romance está bem estruturado, a ponto de fascinar o leitor e seduzi-lo a proceder a uma leitura continuada da obra. São as leis da memória que conduzem o discurso na reconstituição de um percurso vivencial já quase concluído por parte de Duarte Coelho e fazem o leitor alternar entre um doce devaneio vivido com nostalgia no passado e um presente histórico marcado pela insegurança, mas não menos fascinante. O enredo começa verdadeiramente no capítulo 3, com o relato das recordações que dominavam as noites de insónia do protagonista já idoso. Regressa-se a Amarante, ao convento das Clarissas, a Gaia, ao Porto, ao ambiente fervilhante das viagens atlânticas... Reconstitui-se o tecido social da época, o papel determinante de D. Manuel naquela empresa e o de cada classe, muito particularmente dos judeus, o papel de algumas famílias influentes, como os Loronhas, depois Noronhas, e nesse universo deslumbrante, que atraía um jovem aristocrata, muito embora bastardo, alicerçam-se os desafios de aventura que arrancam o homem português de Quinhentos à segurança dos campos e o impelem a desbravar novos horizontes.

Ao mesmo tempo que a fantasia revisita esses espaços, assistimos à formação de um jovem, ao seu amadurecimento, às suas primeiras experiências eróticas e sexuais, às aventuras amorosas que o marcam até ao casamento com a mulher, D. Brites, à entrada nos meandros sempre sinuosos da sociedade, até o reencontrarmos na Ilha da Madeira já liberto de laços familiares e entregue a si próprio. Aí, a sua acção entrança-se com a de figuras recortadas dos manuais de História, como Bartolomeu Perestrelo, os Gonçalves da Câmara ou mesmo Américo Vespúcio, entre outros, e entrelaça-se com a história sempre enigmática, envolta num halo de encanto e, por conseguinte, capaz de despertar a curiosidade do leitor, do Rei Ladislau III da Polónia e Hungria, o Henrique Alemão, como era conhecido, exilado com a família no meio do Oceano, depois embrenhado nos serros da Ilha.

O reencontro com o pai, ainda na Madeira, a ida para o Novo Mundo; depois, a instalação, o povoamento, os problemas surgidos com degredados, os contactos com os índios nativos, as plantações de cana, a construção de engenhos, os interesses políticos nascentes de nações europeias pela região, a fundação de Olinda, a par de uma dimensão mais privada, como o relacionamento com a mulher, o nascimento dos filhos, o reconhecimento régio do seu valor com a atribuição de brasão de armas e a concessão do Senhorio do Pernambuco, fazem de um percurso individual, à volta do qual se revisita o processo

histórico do nascimento de uma nação, uma fonte de deleite, sem que a componente formativa esteja ausente. Por último, Duarte Coelho regressa ao Reino, a aspirar para os filhos um lugar na corte ou a formação académica na Universidade. Mas, lá longe, não se tinha apercebido que o mundo tinha mudado; os valores eram outros, bem mais prosaicos e vingava a lei do interesse. Revisita com a nostalgia do emigrante os lugares do passado e não resiste, sucumbindo desencantado com o mundo que lega aos filhos, como “fantasma de outro século” (RORIZ, *Nova Lusitânia*, 2007: 241), morrendo de escrofulose e langor em Lisboa, aos 7 de Agosto de 1554, com 74 anos de idade. Ao funeral apenas compareceram os dois filhos e a cunhada, irmã de D. Brites.

Muito mais vasta e rica é a galeria de personagens que enriquecem o cenário em Portugal, na Madeira e no Brasil, algumas dotadas de uma profundidade psicológica assinalável; outras, com história própria e autónoma, representam bem os tipos expressivos da colorida sociedade da época, como é o caso do cunhado de Duarte Coelho, Jerónimo de Albuquerque.

No entanto, entre os aspectos que mais valorizam este romance impõe-se o de transcender os vectores que o romance histórico de matriz scottiana ou manzoniana enquanto género implica, mais especificamente a relação entre a matéria historiográfica e a ficção, mas também se tornam relevantes o hibridismo genológico incontornável, as relações de parentesco entre epopeia e romance histórico, a recuperação crítica da realidade à luz de uma perspectiva mais recente, ou o preenchimento das lacunas deixadas em branco pelo historiador no discurso “oficial” da sua versão dos acontecimentos.<sup>10</sup>

Na pós-modernidade<sup>11</sup> o romance histórico ganhou uma tal pujança que se tornou um dos géneros mais populares das últimas décadas e a *Nova Lusitânia*, de Aydano Roriz, vem trazer à colação novas questões que contribuem de certo modo para a renovação do género. Por conseguinte, para além da problematização da História, em que o curso dos acontecimentos se questiona, na medida em que bastaria um pequeno acidente do acaso para alterar todo o percurso futuro<sup>12</sup> – e quantos aspectos do acaso aqui apresentados não teriam podido orientar o destino da Nova Lusitânia em direcção a um desenlace

<sup>10</sup> Sobre os aspectos relacionados com o romance histórico em diferentes períodos da História Literária, remeto para a nota 2 supracitada.

<sup>11</sup> Sobre o conceito de pós-modernidade, muito particularmente em aspectos relacionados com a produção literária, veja-se MCHALE, 1987; FOKKEMA, 1988; EAGLETON, 1996; ANDERSON, 2005; CURRIE, 1998; CESERANI, 2001; ARNAUT, 2002; MACEDO, 2008.

<sup>12</sup> Roberto Pazzi problematiza, nos romances históricos de sua autoria, a evolução dos acontecimentos, mostrando como seria possível que hoje vivêssemos num mundo totalmente diferente se esses pequenos acidentes do acaso não se tivessem interposto no desencadear dos eventos mais determinantes. Neste sentido, sistematizou os pressupostos da sua teoria do romance histórico num ensaio intitulado “Il Romanzo e la Storia” (PAZZI, 1993: 7-11).

bem diverso se não tivessem acabado por ocorrer? –, o romance afirma-se como um espaço privilegiado de metaficção historiográfica.<sup>13</sup> Não que seja apenas uma espécie de passatempo de reconstituição de um passado específico, do período das viagens atlânticas e da colonização portuguesa do Brasil, mas afirma-se antes como discurso alternativo e paralelo ao do Cronista e/ou Historiador, como é o caso dos relatos acima apontados de Pêro de Magalhães Gândavo ou Francisco de Brito Freire. Naturalmente que este paralelismo no que toca à apresentação dos acontecimentos implica necessariamente um jogo de intertextualidade com as obras previamente existentes – os documentos considerados e que Aydano Roriz refere no fim do romance.<sup>14</sup> Caso curioso numa obra de ficção! O problema das referências, neste contexto, naturalmente que terá também de se equacionar, em virtude da constante remissão para factos do conhecimento do leitor. Neste jogo de frequente ocultamento/revelação, talvez a componente da obra que mais seduzirá o leitor seja precisamente a reconstituição da biografia do protagonista. Analisa-se o lugar de posição de Duarte Coelho no processo histórico, ao mesmo tempo que se assiste à sua transformação de bastardo em herói num preciso momento de meados do século XVI, no espaço demarcado da Nova Lusitânia, acabando por deixar um legado bem determinado para o futuro da colónia, do futuro país e até da sua pátria de origem. Neste contexto surgem estreitamente articuladas as duas dimensões da diegese, a História dos acontecimentos e a ‘estória’ privada da personagem, resultando daí o aproveitamento das oportunidades e o sucesso final, quer do herói, quer da Capitania de que era donatário. A “estória” particular de Duarte Coelho contribui em certa medida para que o conceito de herói se redimensione, deixando de ser caracterizado com as marcas do protagonista épico, quase um semi-deus, e se passe a valorizar igualmente a sua dimensão humana, com os desejos, os sentimentos (amor, ciúme, ódio, inveja...) e as ambições, assim como os impulsos naturais do homem mais comum, os reveses constantes da vida, momentos de êxito e de derrota, os altos e os baixos do quotidiano, desalento e desencanto a par do triunfo, quantas vezes difícil de alcançar.

<sup>13</sup> Sobre estes aspectos e os seguintes a serem abordados, fundamentei-me na obra de Hutcheon 1991.

<sup>14</sup> Nos tempos mais recentes, tem vindo a acentuar-se o hábito de se indicar a bibliografia de que o autor se serviu para a reconstituição do ambiente histórico. Talvez esta atitude se justifique tendo em conta a desconfiança com que o Historiador de continuo olha o romance histórico. Desta maneira, o escritor defende-se, mostrando que a ficção pode ser construída sem que haja a necessidade de se recorrer a alterações do fundo real dos acontecimentos que lhe serve de suporte para a narrativa em causa. Por outro lado, constitui esta estratégia um modo de afirmação da problematização da História, da realidade factual, mediante um conseguido jogo de intertextualidade com as obras que servem de referência ao autor do discurso ficcional.

Por conseguinte, não admira que, neste romance, se consiga rastrear um processo de contaminação de géneros, para além do discurso historiográfico que lhe serve de suporte ou de estratégias da epopeia, conforme acima referido. O romance histórico recorre com frequência a estratégias do romance de aventuras, proporcionando os ingredientes para que a leitura se torne aliciante e a diegese se configure de uma forma mais suave, despertando a curiosidade de conhecer o desenlace das situações mais rocambolescas. Noutros momentos, o discurso assume um tom mais grave, sobretudo quando é o monarca, D. Manuel, ou, no final, D. João III, a usarem da palavra. Aí a oratória política emerge e o estilo deixa transparecer toda a ideologia do poder real que sustenta a empresa global dos descobrimentos, das viagens transoceânicas e da colonização dos novos mundos. Em suma, nesses momentos o estilo torna-se mais solene, recorrendo até a fórmulas estereotipadas correntes na época na gíria notarial ou diplomática.

Assim, podemos afirmar que a *Nova Lusitânia*, de Aydano Roriz, em aberta cumplicidade com o discurso historiográfico, relata uma história demasiado bela para cair no esquecimento. Segundo as palavras com que o romance é apresentado na contracapa, esta obra é “empolgante e divertida, como todas as boas aventuras, fascinante como a História, imprevisível como a própria vida” (RORIZ, *Nova Lusitânia*, 2007: contracapa) e insistentemente seduz o leitor do mundo apressado de hoje a visitar um passado em que as utopias ainda se tornavam realidade.

## Referências

- ALMEIDA, Manuel Lopes de Almeida. O historiador da *Nova Lusitânia*: Francisco de Brito Freire (Subsídios para a sua biografia). In: *Brasília* [Coimbra], v. VII, p. 93-149, 1952.
- ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e inquisição*. São Paulo: Ática, 1982.
- ANCHIETA, P<sup>º</sup> José de. *Cartas*: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 3 v.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005. [1<sup>a</sup> edição inglesa de 1998]
- ARNAUT, Ana Paula. *Post-modernismo no romance português contemporâneo*: fios de Ariadne, Máscaras de Proteu. Coimbra: Almedina, 2002.
- AUGUSTO, Sara Manuela R. M. Gândavo, Pêro de Magalhães. In: *Biblos, Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1997. p. 766-767.
- AUST, Hugo. *Der historische Roman*. Stuttgart: Metzler, 1994.
- BASSLER, Moritz et alii. *Historismus und literarische Moderne*. Tübingen: Niemeyer, 1996.



- BASTOS, Alcmemo. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CESERANI, Remo. *Raccontare il postmoderno*. Torino: Bollati Boringhieri, 2001.
- CHAVES, Castelo Branco. *O romance histórico no romantismo português*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/M.E.C./Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias de las guerras del Brasil, por discurso de nueve años empezando desde el de M.DC.XXX*. Madrid: Diogo Díaz de la Carrera, 1654.
- COUTO, Jorge. Comentário/Pêro de Magalhães de Gândavo e a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* no contexto da cultura renascentista portuguesa. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *O reconhecimento do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 120-130.
- CURRIE, Mark. *Postmodern narrative theory*. New York: St. Martin's Press, 1998.
- EAGLETON, Terry. *The illusions of postmodernism*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.
- EGGERT, Hartmut; PROFITLICH, Ulrich; SCHERPE, Klaus R. (Eds.). *Geschichte als Literatur: Formen und Grenzen der Repräsentation von Vergangenheit*. Stuttgart: Metzler, 1990.
- FOKKEMA, Douwe W. *História literária, modernismo e pós-modernismo*. Lisboa: Veja, 1988.
- FREIRE, Francisco de Brito. *Viagem da armada da companhia do commercio, e Frotas do Estado do Brasil*. Lisboa: Joam Galram, 1656.
- FREIRE, Francisco de Brito. *Relação da viagem, que fez ao Brasil a Armada da Companhia, Anno 1655*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1657.
- FREIRE, Francisco de Brito. *A Nova Lusitânia, história da guerra brasilica... Década primeira*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *A Primeira história do Brasil. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Manuscrito de 1576. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: José Olympio, 2002. [1.ª edição de 1959]
- HUE, Sheila Moura. Gândavo na província de Santa Cruz 500 anos depois. In: *Revista Convergência Lusíada: Brasil e Portugal 500 anos de enlaces e desenlaces* 2, n. 18, número especial. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2001, 303-340.
- HUGHES, Helen. *The historical romance*. London: Routledge, 1993.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo. História, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.
- LUKÁCS, Georges. *Le roman historique*. Paris: Payot & Rivages, 2000. [1.ª edição em alemão de 1937, reelaborada em 1954]
- MACEDO, Ana Gabriela. *Narrando o pós-moderno: reescritas, re-visões, adaptações*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2008.
- McHALE, Brian McHale. *Postmodernist fiction*. London: Routledge, 1987.
- MAIGRON, Louis. *Le roman historique a l'époque romantique: essai sur l'influence de Walter Scott*. Genève: Slatkine Reprints, 1970. [1.ª edição de 1898]
- MARCOS, Rui de Figueiredo. *O romance histórico e o direito*. Coimbra: Almedina, 2003.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARINHO, Maria de Fátima. *Reescrever a História*. Porto: Faculdade de Letras, 1995.
- MARINHO, Maria de Fátima; TOPA, Francisco (Coords.). *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*. Porto: Faculdade de Letras, 2004.
- MARQUES, José Augusto Maia; FIGUEIREDO, José Valle de; MACHADO, Paulo Sá (Coords.). *Quando a História conta histórias: Actas. I Colóquio Nacional sobre o Romance Histórico*. Maia: Câmara Municipal, 2001.
- MATOS, Luís de. Pêro de Magalhães de Gândavo e o Tratado da província do Brasil. In: *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. III, n. 4, p. 625-639, 1962.
- MOURA, Vasco Graça. *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens. Hipóteses de História da Cultura*. Lisboa: Campo de Letras, 2000.
- PAZZI, Roberto. Il Romanzo e la Storia. In: *Pagine della Dante. Rassegna trimestrale della Società Dante Alighieri*, ano LXVII, série 3ª, n. 1, p. 7-11, janeiro-março, 1993.
- PEREIRA Filho, Emanuel. Gândavo e Luís de Camões. In: Maximiano de Carvalho e Silva (Org.). *Estudos Camonianos*. Organização, pref. dos originais, est. prévio, notas e revisão de M. de C. e S., com a colaboração de Marlene Mendes Veloso. Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Assuntos Culturais, 1974. v. I. p. 403-408.
- PUGA, Rogério Miguel. *O essencial sobre o romance histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- REIS, Carlos. *Fait historique et référence fictionnelle: le roman historique*. Coimbra: Edições Cosmos, 1993.
- RORIZ, Aydano. *O Desejado: a fascinante história de Dom Sebastião*. Cascais: Pergaminho, 2004.
- RORIZ, Aydano. *O Fundador*. Parede: Fio da Navalha, 2004.
- RORIZ, Aydano. *O Livro dos Hereges*. Parede: Saída de Emergência, 2006.
- RORIZ, Aydano. *O Livro dos Hereges. A reconquista do Brasil*. Parede: Saída de Emergência, 2007.
- RORIZ, Aydano. *Nova Lusitânia*. Funchal: EuroBest Comunicação-Editora, 2007.
- RUGGIERI, Franca Ruggieri et alii. *Romanzo storico e romanticismo: intermittenze del modello scottiano*. Pisa: ETS/Slatkine, 1996.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de; ANASTÁCIO, Vanda (Coords.). *História romanceada ou ficção documentada?*

*Olhares sobre a cultura portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, 2009.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 8. ed. Porto: Porto Editora, 1975.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Bento Teixeira. In: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* [Rio de Janeiro]. 2. ed., sendo a primeira de 1850. Primeiro trimestre, tomo XIII, 1872. p. 274-278.

SOUSA, J. Galante de. *Em torno do poeta Bento Teixeira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. 2. ed. João Pessoa: Ideia/ Editora Universitária, 2004. [1ª edição de 1601]

VILAR, Gilberto Vilar. *O primeiro brasileiro: onde se conta a história de Bento Teixeira, cristão-novo, instruído, desbocado e livre, primeiro poeta do Brasil, perseguido e preso pela Inquisição*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

Recebido: 10 de setembro de 2011  
Aprovado: 29 de novembro de 2011  
Contato: manuel\_ferro@sapo.pt